

Eficiência e eficácia econômica da utilização da água agrícola pelas agriculturas familiares

1. Sobre a necessidade de uma abordagem econômica da utilização da água agrícola

Desde 2011, o grupo de trabalho « Água Agrícola » (AVSF, Gret, Agter¹) da Comissão Agricultura e Alimentação (C2A) da Coordination Sud trabalha para construir e difundir uma argumentação e uma articulação política (advocacy) em favor do acesso a água dos pequenos agricultores dos países em desenvolvimento². Graças à participação e intervenções deles em diferentes espaços (FAME e FME³ Marselha 2012, Semana da Água em Estocolmo 2012, Convergências, etc.), o tema « água agrícola e agriculturas familiares » foi inscrito na agenda internacional.

Desfazendo ideias pré-concebidas, o grupo lembrou que: todos **os agricultores não desperdiçam água!** Muito pelo contrário, os pequenos produtores rurais do mundo possuem saberes-fazer tradicionais coletivos e individuais que comprovaram uma gestão sustentável da água a serviço da coletividade. Estes saberes e práticas ganhariam se fossem reconhecidos e promovidos diante do modelo agrícola intensivo em capital e, geralmente, grande consumidor de água que domina os debates e influencia nas políticas.

O grupo também ressalta que a água é **um bem comum que deve primeiramente servir ao interesse geral** e cuja partilha não pode ser ditada somente pelas leis do mercado. A água é um bem essencial e do qual os produtores familiares dos países em desenvolvimento dependem fortemente para a produção de alimentos: cultivos em regimes pluviais, cultivos irrigados, dessedentação do rebanho, recursos haliêuticos. Com uma concorrência acrescida para este recurso, cada vez mais agricultores são espoliados de seus direitos históricos de acesso à água, mesmo sendo um fator de produção essencial. As agriculturas familiares detêm, portanto um potencial imenso para responder aos desafios de segurança alimentar, de igualdade social e de sustentabilidade ambiental. É necessário, então, lhes garantir este direito de acesso à água.

Diante das soluções geralmente muito padronizadas, Coordination Sud propunha três prioridades:

1. Investir inteligentemente na água agrícola para as agriculturas familiares: apoiar a difusão de práticas agrícolas e de técnicas simples de gestão

da água; investir na construção e na reabilitação de infraestruturas de irrigação que sejam adaptadas às capacidades de manejo locais, reconhecendo os saberes existentes; fortalecer as competências das instituições locais de gestão da água (associações de usuários de água, centros de serviços aos irrigadores...).

2. Proteger os direitos (de acesso e de uso) sobre a água para produzir: apoiar toda política de desenvolvimento rural que favorece o reconhecimento e a garantia dos direitos a água em toda sua diversidade.

3. Favorecer a gestão acordada e democrática da água: promover a criação de instâncias de diálogo que visam uma distribuição igualitária da água entre os usuários, os setores da atividade, as cidades e o campo; e que associam estreitamente as organizações de pequenos agricultores.

Se estas propostas forem parcialmente ouvidas não se pode esquecer que a garantia de acesso à água de agricultores familiares resta um assunto de interesse menor nos debates, apesar das questões colocadas no enfrentamento dos desafios alimentares, ambientais, climáticos, de emprego no meio rural ou de luta contra a pobreza. Em todos os espaços internacionais, **a questão da eficiência econômica do uso da água é geralmente levantada**, certos setores não hesitam em questionar a utilização feita pelas agriculturas familiares com relação a outros modos de produção agrícola.

É para responder a estas interrogações que o grupo « Água agrícola » da C2A realizou em 2013 uma análise bibliográfica dos estudos existentes (pesquisa, ONG, institutos técnicos, organizações internacionais) no âmbito da eficiência e eficácia da água pelos pequenos agricultores⁴. Um seminário organizado em setembro de 2014 possibilitou partilhar e debater entre profissionais e representantes de organizações de usuários estas análises econômicas – geralmente incompletas e muito divergentes umas das outras quanto aos métodos de análise escolhidos – sobre o impacto da garantia do acesso a água para as agriculturas familiares. ↻



2. Como analisar a eficácia econômica do uso da água agrícola?

A água agrícola não é um objeto cujo uso pode ser facilmente quantificado em nível econômico, pois **a água apresenta especificidades** que é importante lembrar aqui.

A água é naturalmente um ingrediente indispensável à vida e, em particular, na produção agrícola. Ela se encontra no estado gasoso, líquido ou sólido. Somente a água doce nos interessa aqui, mas ela se inscreve nos ciclos diversos, maiores ou menores, presos uns aos outros, e alguns dos quais passam pela água do mar, principal reservatório de água no globo terrestre. Contrariamente à terra, se este termo for entendido como uma porção da crosta terrestre, a água não está, então, circunscrita a um espaço fixo. Pode-se acessar a água por precipitações diversas, mas também retirando nos fluxos ou reservas em ritmo de renovação mais ou menos rápido.

Assim, as análises da água, do ponto de vista de sua utilização, distinguem a água « azul », que se pode recolher nos rios, lagos, mas também em lençóis freáticos, e a água « verde », presente nos solos e disponível para o crescimento das plantas. Mas fala-se também da água « branca » (água fixada na forma sólida na calota polar, as geleiras e as neves eternas), da água « cinza » (águas servidas contendo dejetos mas não fecais) e água negra (águas contendo dejetos fecais). Durante uma utilização agrícola, a água pode ser estocada em produções vegetais ou animais, evaporada, ou restituída aos ciclos na forma líquida, mas geralmente após ter mudado de natureza, se tornando por vezes imprópria a certos usos. Os impactos da utilização da água afetam diretamente populações que podem estar distantes do local onde a água é retirada. Estes impactos podem até, por vezes, ser supranacionais, tornando sua governança ainda mais complexa.

Assim, ainda mais que as relações do homem com a terra, as relações do homem com a água são ainda relações dos homens entre eles, em torno da apropriação e da utilização deste recurso. É o único bem comum que apresenta, especialmente, a característica de ser um fluxo necessariamente partilhado de montante à jusante. Os usuários a montante têm então uma responsabilidade com relação aos usuários na jusante. Esta observação também é válida para as águas doces subterrâneas que escorrem por gravidade, como as águas de superfície, mas em períodos mais longos. Além disso, se a água doce é um recurso natural que pode facilmente ser compartilhado, dividir os fluxos e/ou compartilhar os estoques pode desencadear modificações dos ciclos da água e provocar uma deterioração da sua qualidade. A água é um bem cujo manejo compartilhado pelos homens é indispensável: ela remonta à noite dos tempos com regras negociadas coletivamente, geralmente complexas, difíceis de

serem estabelecidas entre os usuários, com interesses as vezes divergentes e por vezes evolutivos em função do contexto social, econômico, demográfico ou ambiental. Temos que constatar que as tentativas de apropriação e de utilização individual do recurso em água sem se preocupar com outrem, conduzem geralmente a impactos negativos, começando pelos conflitos. Os diferentes níveis de apreensão do espaço (a parcela, o território, a região, a bacia hidrográfica, espaços entre as bacias, etc.) e as diferentes escalas de tempo (dia, estação, ano, longo período) são, desde então, essenciais a serem levados em conta, os ciclos da água se desenvolvendo em escalas temporais e espaciais muito diversas. As mudanças climáticas e as modificações dos ciclos da água constituem uma ilustração.

Enfim, o recurso água não é na origem o produto de um trabalho humano. O acesso à água pode, obviamente, ser amplamente facilitado por obras hidráulicas diversas, mas há sempre uma parte da riqueza em água que provém da natureza. A apropriação desta riqueza natural constitui um desafio cada vez mais importante quando o recurso se torna cada vez mais raro e concorrido.

Nestas condições, apreciar a eficácia econômica do uso da água agrícola não é simples. De fato, os discursos dissimuladores pretendendo justificar práticas que favorecem os interesses de alguns setores poderosos são legiões. Alguns baseiam suas análises sobre somente a produtividade da água, considerando a água como um « fator » de produção, e então, um puro recurso econômico esquecendo que a água é antes de tudo um bem comum.

Outros utilizam o conceito de « água virtual », ou seja; a quantidade de água necessária para produzir em certo país bens que serão em seguida exportados e consumidos em outro país, sem se preocupar, por vezes, com os impactos destas exportações e deste comércio internacional por um lado pela segurança alimentar dos países de produção, por outro pela sustentabilidade ecológica dos modelos de produção e pela renovação do recurso água. Em inúmeros casos, a exploração de um recurso em água local sob pretexto de um consumo mais baixo em volume parece não ser sustentável: testemunham as produções de abacaxi no Golan (Israel), de tomates nas planícies marroquinas, de frutas e legumes no Sul da Espanha, etc., que esgotam os lençóis freáticos.

Geralmente mal definidos ou utilizados no mau sentido, estes conceitos parecem então insuficientes para analisar a eficácia econômica do uso da água agrícola. E isto é tanto, que convém **bem diferenciar o interesse do usuário principal da água do de seus vizinhos, e da sociedade como um todo.** 🔄



Para o grupo C2A «Água Agrícola» de Coordination Sud, uma análise objetiva da eficiência econômica do uso da água agrícola exige então abordá-la por três itens complementares:

1. A análise do **valor agregado criado pela produção agrícola** e não pela produção bruta.
2. A análise da **distribuição deste valor agregado criado e do impacto sobre o emprego**.
3. Enfim; para levar em conta o interesse da sociedade em seu conjunto, a análise **dos efeitos externos e dos efeitos induzidos sobre a disponibilidade do recurso por outros usuários, a sustentabilidade ecológica, a**

3. Para criar valor agregado, os produtores familiares não são os últimos!

Os debates sobre a «produtividade» são geralmente distorcidos pela confusão entre valor agregado e produção. É o caso, em particular, quando se fala de produtividade da água. O valor agregado é a diferença entre o valor total dos bens produzidos e o dos bens e serviços consumidos no decorrer do ciclo de produção (inclusive a parte dos equipamentos e das instalações incorporadas durante o mesmo). Pensar em termos de rendimentos (produção bruta) por hectare ou por metro cúbico de água utilizada sempre volta a promover os modos de produção mais produtivistas, e estes não são necessariamente os que produzem mais riqueza, de valor agregado por hectare ou por m³ de água.

Nota-se que este raciocínio implica em poder estimar o valor de diferentes bens, dos insumos e das produções, assim como o custo de reparação dos impactos negativos. O que está longe de ser sempre refletido pelos preços que são praticados. Pode haver distorções importantes ao longo das cadeias, subvenções, e mercados nada competitivos com relações de força muito desiguais entre os diferentes atores.

As análises já realizadas sobre a eficácia comparada da produção da agricultura familiar quando tem o acesso à água, em termos de criação de valor agregado, demonstram que ela nada tem do que se envergonhar do seu desempenho, que é superior em muitos casos ao das grandes propriedades ou empresas do agronegócio! ▶

Irrigação na agricultura familiar nos Andes do Equador (AVSF). Desempenho econômico inegável graças à reabilitação de um sistema de irrigação tradicional e ao fortalecimento da associação de irrigantes nas competências de gestão e de manutenção.

Em aliança com o IIRD, AVSF (então CICDA) inicia em 1994 uma cooperação para a «reabilitação dos

renovação do recurso, a criação ou regulação de conflitos de uso e entre usuários, etc.

Irrigação na agricultura familiar na costa do Peru (AGTER)

Na costa norte do Peru, na região de Piura, a comparação de eficiência econômica entre uma grande propriedade agrícola (em média 7000 hectares) de cana de açúcar produzindo o etanol e pequenas propriedades familiares (entre 0,50 € 10 hectares cultivados) é rica em informações. Por causa de um clima muito árido, toda a agricultura desta região se baseia no controle da irrigação; por outro lado, o Estado tem apoiado o desenvolvimento de grandes projetos de irrigação concebidos para adiar os limites das zonas desérticas.

No vale do Rio Chira, 95 % das propriedades são do tipo familiar, em superfícies de menos de 10 ha, e cultivando arroz, banana e limão. **Se as grandes empresas do agronegócio da cana de açúcar irrigada criam na totalidade de suas superfícies um valor agregado importante, este é globalmente fraco uma vez reportado ao hectare.**

Tipos de propriedades e de cultivos	Produto bruto (solos/ha)	Valor agregado (solos/ha)
Grandes empresas de cana de açúcar e etanol (7000 ha)		
Agroindustrial	28 427	11 869
Agrícola	11 518	115
Pequenos produtores (0,5 à 10 ha)		
Cana de açúcar sob contrato	12 420	9 746
Bananais orgânicas	26 964	23 739
Limões	13 128	11 768

(Roy Averill, 2013. AGTER)⁵
Modelização a partir dos dados obtidos sobre as empresas Maple e Caña Brava e entrevistas junto às propriedades de bananais da área de Huangalá, dos produtores de limões da área de Cieneguillo, assim como estudos realizados sobre os produtores de cana de açúcar subcontratado com a empresa Caña Brava.

sistemas irrigados tradicionais de Urcuquí e San Blas », situados entre 2300 € 2800 m de altitude nos contrafortes do maciço de Piñan, ao norte dos Andes equatoriais. A desigualdade dos direitos de acesso à água entre direitos de Caciques (o qual dispõem os descendentes dos fundadores do canal em 1582) e direitos comuns levam então a uma distribuição entre os 435 usuários não somente questionada socialmente, mas, sobretudo



inadaptada às necessidades dos cultivos, em um sistema de produção então em plena evolução e muito integrado ao mercado: milho para consumo nacional, feijão para o mercado colombiano ao lado e algumas frutas para o mercado regional.

No decorrer dos quatro primeiros anos de projeto, a reabilitação física de certas obras feitas paralelamente à definição de novas regras de partilha e distribuição da água entre usuários permitiram garantir o acesso à água e a regularidade do serviço. Os 435 pequenos produtores usuários garantindo sua produção de milho e feijão em duplo cultivo anual. Graças a uma assistência técnica especializada e o acesso a crédito no decorrer dos seis anos seguintes, eles introduziram novos cultivos com alto valor agregado: tomates de árvores, abacateiros, pimenta.

Com em média 0,75 ha irrigado por beneficiário, a produção adicional em valor líquido está estimada em 1 200 dólares por ano para cada família beneficiária. Com 435 beneficiários, são 390 000 euros gerados por

ano, ou seja; 3,9 milhões de euros em 10 anos de valor agregado criado. O investimento total realizado neste mesmo período (1994-2004) está avaliado em 760 000 euros. Pode-se estimar então que **a parte de riqueza gerada em 10 anos é 5 vezes maior que a que foi investida inicialmente!**

(Apollin F., Sexton D., AVSF, 2012⁶)

Irrigação na agricultura familiar nos pôlderes de Prey Nup no Camboja (GRET)

Após mais de vinte anos de guerra e de instabilidade, o Camboja iniciou uma fase de reconstrução: reconstrução física das infraestruturas, reconstrução da máquina do Estado nos seus papéis de serviços às populações e de regulação; e, sobretudo, reconstrução e modernização destas instituições. Combinando reparação das barragens, transferência de gestão das obras aos usuários, segurança fundiária e apoio ao desenvolvimento econômico das propriedades, o projeto de reabilitação dos pôlderes de Prey Nup se insere nesta dinâmica. 1ª experiência de transferência de gestão de uma estrutura planejada para uma organização de pequenos produtores no Camboja, o projeto Prey Nup terminou em 2008. Os pôlderes de Prey Nup cobrem um território de 10,500 ha. de arrozais. O projeto permitiu recolocar em cultivo alguns 3,000 ha. e melhorar os rendimentos no conjunto das superfícies graças a um melhor controle da água e aos trabalhos de pesquisa-ação agrônômicos.

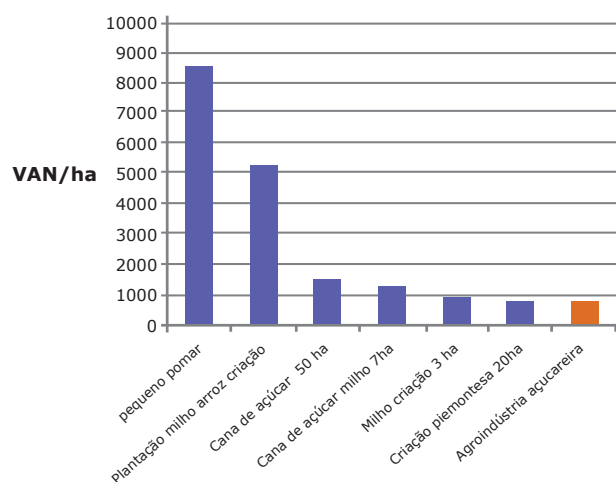
O aumento da produção anual de arroz com casca (paddy) de 12000 a 27000 toneladas (+15,000 t) fez **progredir os rendimentos agrícolas de 166 % em 8 anos, ou seja, mais de 20 % por ano.** A retomada do cultivo de 2,700 ha. não cultivados antes do projeto beneficiou 1950 famílias das 10000 famílias. A retomada do cultivo e o aumento da produção agrícola permitiram aumentar a porcentagem de lares autossuficientes e excedentários de 44 % antes do projeto a 74 % após. 48 % das famílias passaram para categorias socioeconômicas superiores (de agricultores não autossuficientes a agricultores excedentários, de rizicultores excedentários a agricultores com uma economia diversificada). 53 % das famílias que não mudaram de categoria socioeconômica viram seus rendimentos e capitais aumentarem. O projeto possibilitou o surgimento de um mercado do aluguel de terra, que permite que 30 % dos sem-terra trabalhem numa propriedade agrícola.

Extrapolando os ganhos de rendimentos ao conjunto da área, **estima-se o aumento líquido do rendimento agrícola em 1,5 a 1,8 milhões de dólares/ano.** O custo total do projeto, assistência técnica inclusa, de 13 milhões de dólares sobre 9 anos, é, então, rentabilizado em torno de 7 anos. De onde se pode afirmar que a reabilitação de pôlderes é, então, um investimento público rentável e pertinente para a sociedade.

(Lagandré D., Gret, 2014)⁸.

Grande produção e agricultura familiar irrigada na Nicarágua (AGTER)

Na Nicarágua, onde a reforma sandinista (1981) tinha expropriado uma parte dos proprietários e redistribuído uma parte das terras, as políticas públicas permitiram desde os anos 90 o desenvolvimento de unidades de produção agrícola privadas de grande porte. Em Chinandega, no noroeste do país, a agroindústria açucareira está em plena expansão, cobrindo mais de 27 000 ha., cujo um terço irrigado. Portanto, nesta região onde a terra resta um fator limitante para muitas pequenas propriedades, **estas grandes empresas geram muito menos riqueza por hectare que os sistemas familiares,** como mostra o diagrama abaixo.



(Jahel Camille, AGTER 2013)⁷.



Enfim, para uma planta, um litro de água vinda do céu pode ser equivalente a um litro de água azul, trazida por um sistema de irrigação. Mas, economicamente, os custos são muito diferentes. O abastecimento em água demanda certo número de serviços, que não são gratuitos, mas a evacuação

das águas em excesso pode também demandar instalações e infraestruturas específicas e implicar custos. Os fenômenos de poluição resultantes da atividade agrícola ou da criação animal são também essenciais a considerar. Esta reflexão nos leva a outros pontos centrais de nossa abordagem. ↻

4. A produção da agricultura familiar irrigada: um valor agregado que recompensa melhor os trabalhadores que os detentores do capital

Enquanto certos modelos de produção do tipo capitalista e produtivista, intensivo no uso de insumos (material agrícola, insumos, assessoria...) gerariam mais riqueza, de valor agregado que outros modelos, resta indispensável também **que haja interesse na repartição desta riqueza** e logo, também, da parte que fica para os pequenos produtores. Esta análise da redistribuição da riqueza criada deve ser feita sobre diferentes modelos de produção agrícola utilizando a água e deve assim permitir comparar diferentes alternativas e opiniões (holdings agrários versus agricultura familiar, por exemplo).

Em inúmeros países, em particular nos países em desenvolvimento, a agricultura familiar resta o principal fornecedor de empregos. Se o desenvolvimento da indústria e dos serviços é primordial, ele não será todavia capaz de responder sozinho e a curto e médio prazo ao desafio do emprego futuro (crescimento demográfico, jovens expulsos do campo pela pressão fundiária, etc.). As margens permitidas pelas migrações regionais ou internacionais são cada vez mais limitadas. Se o crescimento urbano representa todavia uma oportunidade (novos mercados), em ausência de acesso estruturado a serviços de base ou a empregos decentes, ele também pode levar ao aumento da exclusão ou das desigualdades na cidade, com efeitos diretos tais como riscos de desestabilização social, violência urbana, etc.

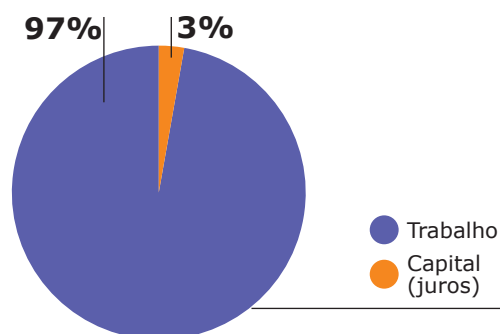
Certas análises realizadas mostram quanto o valor agregado criado pelo acesso à água dos homens do campo (agricultores, criadores, pescadores) permite manter e/ou criar empregos dignos nos territórios rurais, inclusive pela sua redistribuição para além das famílias de pequenos produtores somente. Estes estudos só confirmam lógicas socioeconômicas específicas existentes em meio às unidades agrícolas familiares ou paysannes que fazem coabitar a produção agrícola e a reprodução da força de trabalho. Desta forma condiz com a lógica de uma empresa capitalista, que busca antes de tudo maximizar o retorno sobre o investimento. ↻

Comparação dos sistemas de irrigação em Piura, Peru (AGTER)

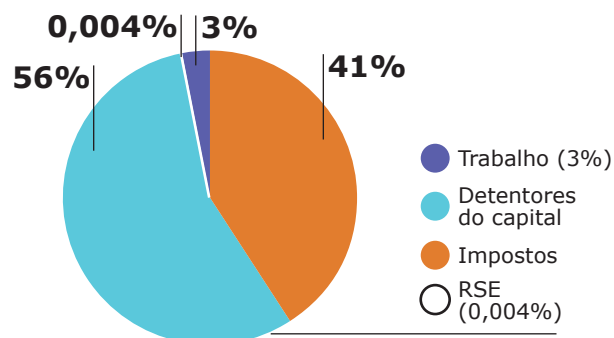
Na costa peruana da região de Piura, o valor agregado criado pelas empresas do agronegócio se destina a remunerar majoritariamente os acionistas, os dirigentes, e a pagar os juros aos bancos que financiam os investimentos. Mesmo se recolhem sempre impostos e taxas, remuneram antes de tudo os detentores do capital, contrariamente às pequenas propriedades.

Em matéria de produção agrícola, as grandes propriedades quase não geram empregos: em termos de tempo equivalente a tempo integral, uma pessoa é empregada sobre 46 hectares de plantação. Na mesma superfície de 46 ha, perto de 100 empregos agrícolas são criados pelas propriedades familiares

REPARTIÇÃO DO VALOR AGREGADO PARA AS PEQUENAS PROPRIEDADES



REPARTIÇÃO DO VALOR AGREGADO NAS GRANDES PROPRIEDADES DE PRODUÇÃO DE ETANOL



(Roy, AGTER, 2013)



5. Considerar os efeitos induzidos essenciais na análise econômica

Caso deva haver análise econômica ela não pode, todavia, se limitar somente a medida da criação de valor agregado por produtor (a). Também é muito necessário diferenciar a análise do ponto de vista do produtor do da sociedade como um todo.

Assim, a água captada é proveniente de uma intervenção num ciclo pré-existente. Geralmente ela não está, então, ao menos parcialmente, mais disponível para outros usuários. Ao inverso, a água que aparece como perdida pela infiltração pode servir a outros produtores e usuários situados na jusante, que podem assim usufruir de um lençol freático recarregado. A água poluída pode também ter como efeito tornar inutilizável quantidade de água muito mais importantes da água pré-existente.

Entre estes efeitos induzidos tem, com certeza, o impacto econômico graças à redistribuição do valor agregado e a criação de empregos diretos e indiretos no meio rural, mas também... :

- a criação de instituições locais e de conhecimento, "saber-fazer" para permitir uma gestão sustentável da irrigação que seja a distribuição da água ou ainda a manutenção,
- a disponibilidade do recurso para outros usuários na montante ou na jusante, inclusive urbanos,

- a sustentabilidade ecológica e contribuição na manutenção da flora e da fauna graças à restituição da água ao meio ambiente,
- a renovação do recurso e a estocagem do lençol freático,
- a redução do êxodo rural ou ainda a diminuição de conflitos entre usuários nos territórios, etc. 🔄

Oya é o maior reservatório de irrigação construído em 1953 no Sri Lanka. Em 1981, o financiador do projeto de irrigação de Gal Oya concede 5% do orçamento ao «soft»: no intuito de gerir melhor o recurso água para a irrigação, uma organização de usuários é criada. Ela é o fruto de cooperação entre membros de duas etnias inimigas, **os Tâmeis e os Cingaleses**. A organização dos irrigantes apela aos valores de cooperação e solidariedade humana e permite as diferentes associações de irrigantes não somente cooperar entre eles, mas impor soluções ao governo que gere então o reservatório. Além da teorização de conceitos como ação coletiva mutualmente benéfica e o capital social, além da aceitação governamental de discutir com os irrigantes e se inspirar nesse caso para estabelecer a política pública cingalesa (do Sri Lanka) de irrigação, além da gestão de situações de crise grave de seca como em 1981 e 1997, além dos bons resultados econômicos cuja economia em divisas cresce devido ao fato de não ter mais importado arroz graças ao aumento da produtividade por superfície, além da perenidade do sistema ainda em funcionamento em 2014. O resultado indireto mais notável não foi a cooperação entre irrigantes cingaleses de início da linha e os irrigantes tâmeis menos prósperos de fim de linha, e isto, em plena guerra civil? Durante este período violento e atormentado, **a colaboração destas etnias para a partilha da água tem, de fato, feito de Gal Oya uma região isenta de conflitos violentos.**

(Uphoff N., Wijayarathna, 2014)

O sistema irrigado de Gal Oya – Sri Lanka A água como fator reconciliador entre os povos

A água sendo um recurso comum que se partilha e se gere de uma maneira coletiva e concertada em uma bacia hidrográfica, pode constituir um fator de diálogo e de aproximação entre as populações da mesma área. O caso da gestão compartilhada de água de irrigação na área de Gal Oya (Sri Lanka) nos anos 1980–2000 constitui um perfeito exemplo. Gal



©Photo UNMFREO



Concluindo...

Visto que a eficiência econômica do uso da água agrícola é um critério importante para orientar políticas e programas de investimento, ou ainda privilegiar tal tipo de uso ou de usuários, fica constatado que as análises e medidas até hoje mobilizadas tanto pelos atores públicos quanto privados envolvidos na irrigação só consideram parcialmente o conjunto de elementos anteriormente mencionados: valor agregado criado por ha. e m³ de água, modalidades de redistribuição e empregos gerados, efeitos externos desencadeados sejam positivos ou negativos. Para se fazer, é importante recorrer a estudos de sistemas agrários que integram desde o princípio os efeitos colaterais e os benefícios e os custos induzidos. Não se deve, então, considerar somente a bacia hidrográfica na qual a água é coletada, mas estender sua observação e análise à bacia de recepção na qual a água é redistribuída, assim como a área litoral adjacente. Isto quer dizer que é necessário re-situar a realidade que se observa nos ciclos da água que é utilizada.

É preciso enfim poder utilizar preços que corrijam a maior parte dos efeitos artificiais produzidos pelas subvenções ou pela existência de mercados não competitivos. Uma avaliação «econômica» pelo método «dos efeitos», ou pelo «dos preços de referência» permitirá melhor abordar o interesse da sociedade como um todo, ao invés de só considerar o interesse do agricultor ou do investidor com uma

análise estritamente financeira.

Enfim, a tomada em conta das gerações futuras e do tempo a longo prazo demandará análises que não poderão se fundar unicamente nas avaliações quantitativas. É necessário continuar nossa análise compartilhada para definir métodos, critérios e indicadores de acompanhamento sobre longos períodos. Em particular, a exploração de trajetórias de evolução diferentes das sociedades agrárias, com a análise das principais contradições que estas terão que resolver, pode ajudar a ir além de uma visão em curto prazo.

Nestas condições, o pressuposto que a água pode se tornar uma mercadoria como outra qualquer não faz sentido. Não se trata também de um bem público ao qual todos poderiam ter acesso gratuitamente. **É ao mesmo tempo** um bem público, um bem comum, e por vezes comum a várias comunidades distintas, e um bem privado. Mas não é, então, da mesma água que se fala em cada caso, mesmo se todas estas águas são essencialmente constituídas de moléculas H₂O. São estas diferenças que convém assinalar se quisermos prolongar e aprofundar a reflexão em torno da justiça social da água e compreender quando e como o acesso à água agrícola para os pequenos produtores representa – economicamente falando – um interesse para a humanidade como um todo. 🌱

¹ O CCFD foi um dos membros ativos deste grupo até o fim de 2012.

² Sob a égide da Coordination Sud, o grupo de trabalho «Água Agrícola» assim produziu vários documentos de articulação política:

- formatos curtos: notas da C2A «Garantir o acesso à água aos agricultores familiares», nota de posicionamento, pôster e brochura «N'asséchons pas le potentiel des agricultures familiales!» (Não sequemos o potencial das agriculturas familiares!).
- um relatório longo: «Justiça social da água: garantir o acesso à água às agriculturas familiares» disponível em 3 idiomas (francês, inglês e espanhol).

³ O Grupo Água Agrícola C2A-Coordenação Sul dirigiu o trabalho de consultoria internacional, também de redação de um relatório de propostas e de organização de uma mesa-redonda final por ocasião do FME sobre o alvo 229: Increase of Land & Water Productivity - Improve water management for more food production and increased access to water for smallholder farmers.

⁴ Eficiência econômica do uso da água agrícola por agriculturas familiares, Remidi Belkacem, 2014, AGTER-AVSF-GRET-Coordenação Sul - COSTEA.

⁵ A captação de recursos e riqueza de investimento agrícola em grande escala. Análise sócio-comparativa dos diferentes setores da produção no Vale do Chira, Roy Averill, 2013, AGTER, estudo financiado pela Comissão Técnica e Desenvolvimento Agrário

⁶ Irrigação da agricultura familiar no Equador: Consolidar os desempenhos econômicos das agriculturas familiares nos Andes centrais do Equador, pela reabilitação de um sistema de irrigação tradicional e o fortalecimento da associação de irrigantes, 2013, Apollin Frédéric, Sexton Danièle, AVSF, coleção «as experiências inovadoras da AVSF»: http://www.avsf.org/public/posts/1294/fiche_innovation_avsf_urcuqui_irrigation_expost_2012.pdf

⁷ Concentração dos recursos e mutações do sistema agrário numa área historicamente agroexportadora da Nicarágua. Análise diagnóstica na região de Chinandega, Jahel Camille, Setembro de 2013. Estudo realizado por AGTER, com o apoio do Comitê Técnico Fundiário e Desenvolvimento.

⁸ Reabilitação dos polders, crescimento agrícola e desigualdades. O impacto socioeconômico do projeto Prey Nup (Camboja): documento de síntese, Lagandré Damine, Lavigne-Delville Philippe, Gret, 2007.



No âmbito da sua missão de apoio ao arrazoado coletivo dos seus membros, a Coordination Sud implementou comissões de trabalho. Assim, a Comissão Agricultura e Alimentação (C2A) reúne 20 ONG de solidariedade internacional que agem em prol da realização do direito à alimentação e de um apoio reforçado à agricultura familiar nas políticas com impacto na segurança alimentar mundial: 4D, Actingfor Life, Action Contre la Faim (ACF), aGter, Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières (AVSF), Cari, CCFD-Terre Solidaire, Comité Français pour la Solidarité Internationale (CFSI), Centre International de Développement et de Recherche (CIDR), CRID, Fédération Artisans du Monde, Gret, Ingénieurs Sans Frontières, IRAM, Oxfam France, Peuples Solidaires - ActionAid France, Plateforme française du commerce équitable (PFCE), Réseau Foi et Justice Afrique Europe, Secours Catholique – Caritas, Union Nationale des Maisons Familiales Rurales (UNMFREO), e uma organização convidada: Inter-réseaux.

O objetivo da comissão consiste em coordenar os trabalhos realizados pelos seus participantes e facilitar a concertação entre os seus membros no trabalho de promoção junto dos atores sociais e dos decisores políticos internacionais. Os membros da Comissão estão de acordo sobre as representações asseguradas em nome da Coordination Sud num conjunto de lugares (Concord a nível europeu, FAO, OMC, Cnuced), e trocam aí informações sobre os desafios internacionais em curso. A comissão é mandatada pela Coordination Sud para formular as posições que toma o coletivo aquando dos principais encontros institucionais sobre agricultura e alimentação.

Contact :

Cécile Leuba, Peuples Solidaires.
Email: c.leuba@peuples-solidaires.org

Esta nota foi redigida por :
Michel Merlet (AGTER),
Patricia Toelen (GRET),
Frédéric Apollin et Yves Richard (AVSF).



Traduzida do francês por Adriana Araujo Machado

As notas da C2A são realizadas com o apoio da AFD.
Os pontos de vista expostos neste documento não representam de forma alguma o ponto de vista da AFD.

